

## **A epistemologia de Michael Burawoy e seus desdobramentos metodológicos**

*Michael Burawoy's epistemology and its methodological developments*

**Vinícius Alves Barreto da Silva<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: [viniciusalvesbar@hotmail.com](mailto:viniciusalvesbar@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5288-574X>.

Artigo recebido em 02/06/2017 e aceito em 25/07/2017.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

**Resumo**

Este artigo busca arregimentar observações sobre a produção epistemológica e metodológica desenvolvida por Michael Burawoy, sociólogo marxista e professor da Universidade de Berkeley. São apresentados cinco momentos de análise, que exploram a oposição entre o modelo reflexivo de ciência e a ciência positiva, o método do estudo de caso ampliado, sua análise do campo disciplinar da sociologia norte-americana, as respostas a críticas extraídas de Becker e Lakatos e a sua compreensão da estrutura social em contraponto ao funcionalismo estruturalista.

**Palavras-chave:** Epistemologia; Modelo reflexivo de ciência; Método de estudo de caso ampliado.

**Abstract**

This article seeks to gather observations on the epistemological and methodological production developed by Michael Burawoy, a Marxist sociologist and professor at the University of Berkeley. Five moments of analysis are presented, which explore the opposition between the reflexive model of science and positive science, the method of the extended case study, his analysis of the disciplinary field of American sociology, the responses to criticisms extracted from Becker and Lakatos and their understanding of the social structure as opposed to structuralist functionalism.

**Keywords:** Epistemology; Reflexive model of science; Extended case method.

## Introdução

O trabalho que se segue busca arregimentar observações sobre a produção epistemológica e metodológica desenvolvida por Michael Burawoy, sociólogo marxista e professor da Universidade de Berkeley. De modo a sistematizar a exploração das suas reflexões nessas áreas, serão apresentados cinco momentos de análise. Iniciaremos com a discussão feita pelo autor sobre os limites epistemológicos da ciência positiva e a estruturação de um modelo alternativo denominado de modelo reflexivo de ciência<sup>1</sup>. Em seguida, será apresentado o desenvolvimento metodológico da discussão epistemológica anterior, com a edificação do estudo de caso ampliado como método de pesquisa qualitativa que incorpora por excelência os pressupostos da ciência reflexiva, em contraposição à pesquisa quantitativa, que incorpora os pressupostos da ciência positiva.

Após a indicação dos limites que Burawoy identifica quanto modelo reflexivo de ciência, os efeitos de poder, esta etapa finaliza com uma comparação entre as metodologias da ciência positiva e da ciência reflexiva tendo por horizonte a organização do trabalho da pesquisa, o que revela uma oposição entre uma produção científica industrial e uma produção artesanal, respectivamente.

Na terceira parte, será dado destaque à análise que Burawoy realiza da sociologia norte-americana em função dos pressupostos e funcionalidades por meio dos quais quatro diferentes modalidades de sociologia contribuem para a formação da sociologia enquanto campo disciplinar e às relações de dominação entre elas. Na quarta etapa, discorreremos sobre as possíveis críticas a Burawoy que podem ser extraídas da posição de Howard S. Becker quanto às diferenças e similitudes entre a pesquisa quantitativa e qualitativa e quais as possíveis respostas a elas. Por fim, no quinto momento, será visto como a formulação de Burawoy representa uma afirmação da tradição marxista contra as críticas de Lakatos e uma resposta ao funcionalismo estruturalista sem, para isso, abrir mão do conceito de estrutura.

---

<sup>1</sup> Burawoy utiliza dos termos “*reflexive model of science*” e “*reflexive science*” de modo intercambiável, o que, na tradução ao português utilizada, se reproduz como “modelo reflexivo de ciência” e “ciência reflexiva” como termos sinônimos.

## 1. Por uma ciência reflexiva

Em seu artigo *The Extended Case Method*<sup>2</sup>, traduzido para o português sob o título *O Estudo de caso ampliado: raça e classe na África pós-colonial*<sup>3</sup>, Burawoy fundamenta o seu método do estudo de caso ampliado no que ele denomina de ciência reflexiva, que se constitui a partir da revisão e do contraponto aos princípios da ciência positiva e na proposição de outros em substituição. O autor, baseado na epistemologia de Kuhn, Popper, Lakatos e Polanyi, propõe um modelo reflexivo de ciência essencialmente como crítica da forma hegemônica de ciência. Contudo, o autor não se limita à crítica. Ele sugere um modelo alternativo, “*um modelo de ciência que abraça não o afastamento, mas sim o engajamento como via para o conhecimento sociológico*” (Burawoy, 2014: 42). Opõe-se, assim, à ciência positiva, capitaneada por pesquisas quantitativas marcadas pelo desejo de neutralizar a posição do investigador. Nesse contraponto, ganha destaque a ressignificação do conceito de objetividade.

A objetividade da ciência positiva seria caracterizada por exigir

o distanciamento do observador em relação ao objeto de estudo: uma disposição de isolamento. A proposta da ciência positiva é espelhar o mundo social por meio da produção do mais detalhado mapeamento acerca do funcionamento desse mesmo mundo (Rorty; 1979 *apud* Burawoy, 2014: 54),

o que seria construído por meio de uma rigorosa “*objetividade procedimental*” (Burawoy, 2014: 54). Para sustentar essa caracterização da ciência positiva, o autor evoca o trabalho de Jack Katz, no qual são apontadas “*as quatro prescrições dogmáticas da ciência positiva*” (Burawoy, 2014: 54). Esses princípios são identificados como os “*4R’s*”. São eles: i) o dogma da não Reatividade, que se dirige a coibir a interferência dos investigadores nos seus objetos de estudo; ii) o dogma da Regularidade, segundo o qual é necessário restringir a multiplicidade dos fatores com critérios para a seleção de dados; iii) o dogma da Replicabilidade, que advoga a capacidade de se reproduzir o resultado alcançado tendo em vista a utilização de um código unívoco de seleção de

<sup>2</sup> O artigo pode ser acessado pelo link <http://Burawoy.berkeley.edu/Methodology/ECM.ST.pdf>. Acesso em 28 mai. 2016.

<sup>3</sup> A tradução em português fulgura como primeiro capítulo da obra *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica* (2014).

dados e; iv) o dogma da Representatividade, que aponta a necessidade de selecionar uma parte do objeto capaz de ser representativo do todo.

No tocante à investigação sociológica, o método mais eficaz no alcance desse modelo é o da pesquisa quantitativa. Nela, cada quesito da ciência positiva busca ser respondido.

Com vistas a superar o problema da reatividade, a entrevista é construída como uma série de estímulos uniformes e neutros que se articulam a respostas variadas. Espera-se que o respondente reaja à dada questão, e somente à questão, excluída do meio em que é posta. Para confrontar o problema da regularidade e conseguir um conjunto consistente de critérios para a coleta de dados, a entrevista é estandardizada: questões idênticas são dirigidas de maneira idêntica para cada respondente. Quanto à replicabilidade, não apenas a questão tem que ser reduzida a um estímulo, isolado do contexto da entrevista, mas as condições externas também têm que ser controladas, quer dizer, estabilizadas ou consideradas irrelevantes. Por fim, quanto à representatividade, os respondentes devem ser exemplares cuidadosamente selecionados do público-alvo mais amplo (Burawoy, 2014: 58).

É conhecida a série de desafios impostos pelo ambiente à realização da ciência positiva, com franco impacto na aplicação de *surveys*. O autor os indica como “efeitos de contexto” e enumera quatro deles, cada um posto como obstáculo a cada princípio : i) como empecilho à não reatividade, verifica-se que a reatividade é produzida independentemente da atitude do entrevistador, seja por causa de suas características pessoais (raça e gênero), seja pela agenda da entrevista (a ordem e a colocação das questões); ii) frente à regularidade, verifica-se que a estandardização não elimina os efeitos associados ao respondente, tal qual a produção de sentidos não previstos, que geram uma ambiguidade irreduzível, e as respostas não podem ser completamente dissociadas dos contextos econômico, político e social; iii) frente à replicabilidade, sustenta-se que a replicação é contrariada por fatores externos incontroláveis; iv) frente à representatividade, questiona-se o indivíduo como a correta unidade de análise para fins de representatividade, já que seus atributos e opiniões são construídos a partir de relações sociais. Desse modo, importa obter amostras de situações sociais, mas é impossível identificar o universo das situações sociais relevantes, bem como uma amostra (Burawoy, 2014: 58-60).

Esses efeitos de contexto, se considerados radicalmente e com base em uma perspectiva segundo a qual a ciência positiva seria o único modelo de ciência possível, podem levar à descrença na possibilidade do conhecimento científico. Burawoy não segue esse tipo de crítica. O que diferencia a proposta defendida por ele é o caminho do meio. Ao contrário da tradicional visão positivista, para ele os efeitos de contexto não são tomados como distorções a serem evitadas ao máximo, mas são incorporadas como aspectos constituintes da realidade a serem levados em conta pelo pesquisador. Esse posicionamento o leva a continuar apostando na possibilidade da ciência contra uma visão meramente interpretativa que está em oposição ao método, típica da escola “hermenêutica”. Ele propõe a vigência de um modelo científico alternativo, reflexivo, que não precise se livrar do contexto.

A absorção dos efeitos de contexto se dá pelo reforço de uma perspectiva dialógica que possa dar conta da intervenção do pesquisador no mundo; da discursividade e da não-discursividade presentes no processo de ida a campo e de formulação do conhecimento; da estruturação e do efeito externo sobre a situação investigada e; a construção de generalidades que possam abrir mão da representatividade objetiva da amostra. A cientificidade é gerada, assim, pela incorporação de diferentes níveis de diálogo e interação na condução da pesquisa, passando por quatro dimensões:

Ela requer a intervenção do observador na vida do participante; ela demanda uma análise da interação dentro das situações sociais; ela desvenda os processos locais em um relacionamento mutuamente determinado com as forças externas; e ela considera que a teoria emerge não apenas do diálogo entre observador e participante, mas dos observadores consigo mesmos, vistos agora como participantes em uma comunidade científica. (Burawoy, 2014: 67)

Retomando o conceito da objetividade, o autor observa que esta

não é medida por procedimentos que asseguram um cuidadoso mapeamento do mundo, mas pela ampliação do conhecimento, quer dizer, pela imaginativa e parcimoniosa reconstrução da teoria para acomodar as anomalias (Burawoy, 2014: 67).

A objetividade passa a poder ser extraída da realização de múltiplos diálogos para alcançar as explicações do fenômeno empírico. A ciência reflexiva parte do diálogo (virtual ou real) entre o observador e os participantes e, então, encaixa tal diálogo dentro de um segundo

diálogo, entre processos locais e forças extralocais que, por sua vez, pode ser entendido tão-somente através de um terceiro diálogo ampliado: da teoria consigo mesma. (Burawoy, 2014: 67)

Aqui ressaltamos mais uma vez o ponto da generalização e da universalidade, que estão intimamente relacionados com o quesito da representatividade da amostra na ciência positiva. No seu lugar, a ciência reflexiva enfatiza a *“contribuição para a reconstrução da teoria”* (Burawoy, 2014: 67), o que representa o alcance da última dimensão de diálogo. Há uma expressa referência à epistemologia de Kuhn na medida em que se percebe que o avanço científico é produzido pela absorção de anomalias para dentro dos paradigmas. Também são citados os trabalhos de Popper e Lakatos nesse tema com o fim de justificar a valorização de *“reconstruções que geralmente conservem os postulados centrais intactos funcionando tão bem como a teoria preexistente sobre a qual as reconstruções serão feitas e que absorvam as anomalias com parcimônia, oferecendo novos ângulos de visão”* (Burawoy, 2014: 67). Assim, vemos que no lugar dos *“4R’s”* da ciência positiva, a ciência reflexiva responderia com outros quatro princípios: intervenção, processo, estruturação e reconstrução.

Por fim, o modelo da ciência reflexiva pode ser aplicado às duas principais técnicas de pesquisa elencadas pelo autor, a entrevista e a observação participante, dando lugar a uma pesquisa que se utiliza de um método clínico no tocante às entrevistas e o método de estudo de caso ampliado quanto à técnica da observação participante.

## 2. Estudo de caso ampliado

A operacionalização da ciência reflexiva na disciplina sociológica se dá por meio do estudo de caso ampliado, da mesma forma que a ciência positiva se utiliza da pesquisa quantitativa como modelo para a aplicação dos seus princípios. Nesse sentido, o método do estudo de caso ampliado permite que o observador provoque reações do meio em que está inserido até que ele se constitua um participante. Por meio da percepção dessa reação podem ser extraídos conteúdos importantes sobre o seu objeto de estudo. Essa intervenção se assemelha ao conhecimento produzido pelo ativista nas suas tentativas

de produção de transformações. Aprende-se, assim, sobre as resistências empreendidas pelo grupo, que trazem em si técnicas de conservação, sempre permeadas pelos *“principais valores e interesses de seus membros”* (Burawoy, 2014: 69). A reatividade do grupo indica também seus pontos mais bem guardados, evidenciando-os, ainda que por uma espécie de contraste. Por vezes, essa reatividade ganha maior expressão no momento de retorno do pesquisador ao grupo para devolver suas conclusões, já que *“poucas pessoas apreciam ser parceladas, reduzidas a forças reificadas ou, de qualquer outra maneira, tratadas como um simples objeto de pesquisa sociológica”* (Burawoy, 2014: 69). Todos esses momentos são tratados como ricos em aprendizado científico.

Ao mesmo tempo, possibilita ampliar as observações no espaço e no tempo ao operar com a inserção da situação social no conjunto de uma realidade estruturada. Com isso, são ressaltados os regimes de poder que atravessam as situações estudadas e que também se reproduzem no seu interior. Sobre esse ponto, Burawoy destaca três observações:

Em primeiro lugar, a situação social transforma-se em um processo social porque a ação social pressupõe e reproduz seu regime de poder (...) Em segundo lugar, nas lutas em torno do regime de poder, a temporalidade e as macroestruturas são invocadas como recursos e esquemas internos à situação social. (...) Em terceiro lugar as intervenções vindas de fora da situação social têm suas consequências estruturadas pelo regime de poder (Burawoy, 2014: 72-73).

Nesse aspecto, o regime de poder ganha centralidade por ser a linha pela qual se torna possível relacionar o interno e o externo à situação, de forma que a reprodução desse regime é assegurada por ambas as maneiras.

A reprodução do regime de poder é assegurada internamente por meio da mobilização de recursos e esquemas. Ela também é assegurada externamente, para além do campo da observação participante – mas isso requer a análise das forças sociais (Burawoy, 2014: 73).

A centralidade do regime de poder leva, então, à expansão da pesquisa para a consideração das forças sociais envolvidas. Esse caminho se coloca como alternativa que busca se contrapor à generalização do conhecimento por meio da identificação de *“padrões comuns em diversos casos, para que o contexto possa ser desconsiderado”*



(Burawoy, 2014: 73), como em um modelo tipicamente indutivista. Não se procura identificar leis gerais que regem o comportamento social, o que só é possível descolando esse comportamento do eixo de ação de forças sociais, sempre específico. Buscar regularidades que permitam uma generalização dessa maneira é a tentativa da ciência positiva e configura uma abordagem chamada pelo autor de *“abordagem horizontal ou segregadora”* (Burawoy, 2014: 74). O estudo de caso ampliado, por sua vez, busca investigar o lastro das forças sociais em seus regimes de poder até horizontes mais distantes na escala social, interconectando casos uns com outros para remeter à operação da estrutura social.

O campo maior de ampliação da pesquisa concerne à própria teoria, exigindo um considerável esforço antidogmático de buscar no campo as refutações à teoria da qual se partiu e capacidade de empreender uma reconstrução teórica. Em consonância, para além de exercer a função de guia para a edificação da pesquisa de forma a permitir envolver as situações e os processos em seu *“contexto mais amplo de determinação”* (Burawoy, 2014: 79), a teoria também é tomada como sendo *“ela própria uma intervenção no mundo que procura estudar”* (Burawoy, 2014: 79).

Na utilização das entrevistas por meio de uma pesquisa clínica, aplicam-se os mesmos preceitos descritos acima, atentando para o fato de que a relação entre entrevistador e entrevistado é uma relação *“dialógica e intervencionista”* (Burawoy, 2014: 89). O autor constrói um paralelo com a psicanálise, na medida em que *“o psicanalista tenta recobrar e elaborar as experiências situacionais específicas (...) [e] trabalha um arranjo teórico presente que progride por meio da atenção aos casos concretos”* (Burawoy, 2014: 89). Tanto no estudo de caso ampliado quanto na entrevista clínica estão presentes os limites trazidos pelo modelo reflexivo.

### **2.1. Os limites à ciência reflexiva: os efeitos de poder**

Burawoy sustenta que o hiato que ocorre entre os princípios da ciência positiva e a tentativa de sua aplicação pela pesquisa quantitativa se repete em paralelo entre os princípios da ciência reflexiva e o estudo de caso ampliado. Enquanto que no primeiro modelo esse hiato acontece em virtude dos inevitáveis efeitos de contexto, no segundo ele se daria em razão dos chamados efeitos de poder. Eles decorreriam da necessária

absorção do contexto rumo à intervenção nas situações sociais para fazer ecoar os processos e a sua estruturação, tendo como trama os regimes de poder e a reconstrução teórica. As relações de poder envolvidas na pesquisa são capazes de transmutar intervenção, processo, estruturação e reconstrução em dominação, silenciamento, objetificação e normalização.

A intervenção, ao mesmo tempo em que produz interação e esclarece o significado, pode se configurar como uma luta em que o alcance do significado pode perpassar por relações que impedem o seu acesso. *“A entrada no campo é uma luta de poder prolongada e sub-reptícia entre a intromissão do forasteiro e a resistência do nativo”* (Burawoy, 2014: 80). Aprofundar-se no campo pode exigir estratégias pouco usuais ou mesmo desonestas para driblar os obstáculos impostos pelas tramas de poder. Por vezes o investigador contará com a sorte para isso. O autor indica:

O cientista social interventor enfrenta dois momentos de dominação interligados: primeiro como participante e depois como observador. Como participante em lugares perpassados por hierarquias, ideologias, competição e luta em torno de recursos escassos, nós somos enredados pelas tramas do poder. (...) Como observadores, não importa o quanto adoramos nos enganar: não estamos em ‘nossa própria casa’, como diria Alvin Gouldner (1973). Nós estamos no campo por motivos inconfessáveis. (Burawoy, 2014: 81)

O silenciamento é um segundo efeito de poder relacionado com o funcionamento da ideologia no campo de investigação. Conduz à reprodução de uma fala que encobre e dissimula a situação social em favor das classes e dos grupos dominantes envolvidos na pesquisa. Leva à necessidade de conferir atenção *“às vozes novas ou reprimidas”* (Burawoy, 2014: 83) e estar disposto a incluí-las no esforço de reconstrução teórica.

Em seguida, ele trata da objetivação das forças sociais no momento da estruturação. Isso significa o cuidado necessário para evitar a naturalização das forças sociais, entendendo-as como elementos externos à situação social pesquisada, de forma a se exagerar na consideração do seu poder. Ao contrário, essas forças participam também de dinâmicas internas da situação social e apresentam contradições que podem eclodir a todo momento. A verdade é que a inferência quanto ao comportamento das forças sociais e das estruturas das quais participam é produzida por meio dessa

objetificação, na medida em que *“as forças são sempre os efeitos hipostasiados de processos dissimulados”* (Burawoy, 2014: 83). Essa objetificação, contudo, não pode nos impedir de ver os fragmentos de resistência e contradição, aquilo que o autor chama de *“processos subterrâneos que irrompem e despedaçam o campo de forças”* (Burawoy, 2014: 84).

Por fim, a normalização refere-se ao momento da reconstrução teórica, quando se propõe um ajustamento entre caso e a teoria. O campo é reduzido para responder a inquietações correlacionadas à proposta teórica, ainda que este seja um desafio ou um *“caso anômalo vis-à-vis a teoria”* (Burawoy, 2014: 84). Da mesma forma, a reconstrução da teoria é um ajustamento ao caso, de modo a forçar a expansão das suas categorias explicativas para dar conta do caso. Naturalmente, essa normalização acaba por reduzir a complexidade da situação para que se possa realizar a investigação, a avaliação e mesmo exercer controle sobre o objeto.

Esses são alertas que revelam os possíveis efeitos perversos contidos no desvio dos princípios da ciência reflexiva. Por sua vez, esses efeitos de poder também estão presentes na ciência positiva, somados aos efeitos de contexto, que são absorvidos pela ciência reflexiva. Absorver também esses efeitos de poder leva à crise da própria concepção de ciência e à quebra das distinções entre ciência e ideologia. Essa é a rejeição sugerida pela crítica pós-moderna, que não distingue entre ciência e ideologia.

A alternativa para o controle desses efeitos de poder está, portanto, na capacidade de problematizá-los e não simplesmente de evitá-los, já que são inevitáveis. Produz-se, assim, uma ciência reflexiva que constantemente exerce a autocrítica para revelar os efeitos de poder, compreendê-los e controlá-los.

## 2.2. Comparações

Burawoy realiza uma comparação entre os dois modelos de ciência a partir de uma análise que surge no campo da produção. Afinal, o esforço científico se conforma também como a realização de um trabalho, que pode ser compreendido segundo categorias próprias desse campo. Assim, ele distribui os modelos da ciência positiva e da ciência reflexiva em um padrão industrial e um padrão artesanal, respectivamente.

A ciência positiva faz uso de uma racionalidade instrumental que recorre à objetividade do procedimento para assentar os seus princípios regulatórios da reatividade, regularidade, replicabilidade e representatividade. O esforço da pesquisa, em regra quantitativa, pode ser dividido em trabalho intelectual, em que se observa o planejamento da pesquisa com o predomínio do aspecto teórico e a divisão de tarefas, e manual. Nesse ponto, a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual também se reflete na possibilidade de aplicação de técnicas de entrevista que dispensam a personalidade do entrevistador que, no limite, pode ser alguém alheio à fase de planejamento. Isso indica a possibilidade de alienação na pesquisa, em que “*o entrevistador e o entrevistado subordinam-se à agenda de pesquisa construída pelo pesquisador*” (Burawoy, 2014: 91). A ciência positiva revela um modo industrial de fazer ciência.

De modo contrário, a ciência reflexiva necessita do pesquisador o domínio completo da sua tarefa de pesquisa, pois não se permite separar o trabalho intelectual e teórico da tarefa de intervenção no objeto e no seu contexto. “*O criador da pesquisa é, simultaneamente, o seu executor*” (Burawoy, 2014: 92). Há constante exigência de reinvenção de estratégias para alcançar o seu objeto e constantes desafios decorrentes dos obstáculos impostos pelos regimes de poder. O papel da teoria não é prioritariamente anterior à pesquisa como alicerce para seu planejamento, mas sim posterior na medida em que a pesquisa toda se dirige “*à contínua melhoria da teoria existente*” (Burawoy, 2014: 92). Trata-se de uma pesquisa em que o conhecimento é produzido segundo uma forma artesanal, em que esse produto final – a reconstrução da teoria – governa o processo.

Essas diferenças separam os dois modelos de ciência de maneira bem definida. Não se torna possível exigir de um dos modelos anseios projetados pelo outro. As críticas às pesquisas devem se ater aos métodos utilizados por cada uma, às suas potencialidades e aos desvios inseridos nas fragilidades imanentes aos princípios assumidos. Assim, seria um erro dizer que “*os métodos positivos são mais afinados com o mundo objetivo, e os métodos reflexivos são mais afinados com o mundo subjetivo*” (Burawoy, 2014: 95). O autor relembra que, em grande medida, é o método que conforma os problemas a serem investigados.

A ciência positiva obtém melhor êxito conforme as especificidades das situações sociais são descartadas, tornando-se mais apta a um *“mundo reificado que homogeniza todas as experiências”* (Burawoy, 2014: 95), ou seja, um mundo governado pela mesma razão instrumental contida em procedimentos técnicos. Ele resume esse ponto aludindo que *“a ciência positiva realiza-se quando estamos sem poder para resistir aos grandes sistemas da economia e da política”* (Burawoy, 2014: 96). Por sua vez, a ciência reflexiva sobressai na assunção do contexto e das suas particularidades, quando essas particularidades abrem margem para a contestação do poder, revelando-os ao mesmo tempo em que busca elaborá-los para minimizar seus efeitos nocivos ao processo de conhecimento. *“Mesmo quando esse caráter utópico é frustrado ou mitigado, o estudo de caso ampliado mede a distância a ser percorrida até a utopia”* (Burawoy, 2014: 96).

### 3. A divisão do trabalho sociológico

Terminada a exposição do modelo de ciência reflexiva e do método do estudo de caso ampliado, nesse terceiro momento apresentamos as contribuições de Burawoy para a contextualização e mapeamento do campo sociológico no qual se inserem suas formulações. São análises sociológicas voltadas sobre o campo acadêmico da sociologia norte-americana. Para isso, serão utilizados o artigo *For Public Sociology* (2005) e o capítulo *A Economia Política da Sociologia: Marx encontra Bourdieu* (2010: 25-48). Nesses textos, o autor identifica quatro tipos de sociologias que se desenvolvem em face da *“divisão do trabalho sociológico”* (Burawoy, 2010: 40). Mas, mais que isso, ele frisa a interdependência entre essas modalidades e as relações de dominação entre umas sobre outras.

Tal divisão do trabalho sociológico está embutida em uma *“economia política da sociologia”* na qual se engendram *“relações de produção”* específicas (Burawoy, 2010; 39), na medida em que cada modalidade de sociologia produz um determinado substrato para o desenvolvimento, aplicação e legitimação da disciplina. A ordem de classificação das diferentes modalidades de sociologia é marcada por dois eixos. A primeira grande divisão do trabalho sociológico se dá entre as sociologias que se voltam para o público externo e aquelas dirigidas ao público interno acadêmico. A segunda divisão é indicada conforme predomina a produção de um conhecimento instrumental,

“que torna como dados os fins e os meios, preocupando-se simplesmente com os meios mais eficazes para atingir os fins”, ou um conhecimento reflexivo, que questiona os fins a serem atingidos e os valores embutidos no conhecimento (Burawoy, 2010; 40).

A partir desse quadro, Burawoy indica a existência de quatro modalidades: i) a sociologia profissional (*professional sociology*); ii) a sociologia para políticas públicas (*policy sociology*); iii) a sociologia crítica (*critical sociology*) e; iv) a sociologia pública (*public sociology*). Uma primeira diferenciação é feita entre a sociologia para políticas públicas e a sociologia pública. Ambas se encontram no campo em que a produção do conhecimento sociológico é predominantemente voltada para fora da academia. Entretanto, enquanto a sociologia para políticas públicas se caracteriza por estar a serviço de um objetivo definido por um cliente e por propor soluções a problemas ou a legitimar soluções que já tenham sido dadas previamente<sup>4</sup>, a sociologia pública inicia uma relação dialógica entre sociólogo e público na qual a agenda de cada um é trazida à baila e na qual uma se ajusta à outra. Nela está presente uma interlocução orgânica entre pesquisador e público, cujas discussões geralmente partem de valores e objetivos que não são automaticamente compartilhados pelos dois lados, reforçando a necessidade do diálogo para a promoção do ajuste.<sup>5</sup> Pode-se, então, classificar essas duas modalidades de acordo com o conhecimento instrumental ou reflexivo. A primeira se encaixa no campo do conhecimento instrumental e a sociologia pública no campo do conhecimento reflexivo.

No eixo da sociologia voltada internamente para o meio acadêmico situam-se a sociologia profissional e a sociologia crítica. Quanto à primeira, mais do que um conhecimento acadêmico instrumental, ela é antes de tudo a base para a sociologia dirigida à audiência extra-acadêmica. É ela que fornece métodos verdadeiros e testados, corpos acumulados de conhecimento, questionamentos orientadores e estruturas conceituais, providenciando legitimidade e expertise para a sociologia pública e a

---

<sup>4</sup> “Policy sociology is sociology in the service of a goal defined by a client. Policy sociology’s *raison d’être* is to provide solutions to problems that are presented to us, or to legitimate solutions that have already been reached.” (BURAWOY; 2005: 9)

<sup>5</sup> “Public sociology, by contrast, strikes up a dialogic relation between sociologist and public in which the agenda of each other is brought to the table, in which each adjusts to the other. In public sociology, discussion often involves values or goals that are not automatically shared by both sides so that reciprocity, or as Habermas (1984) calls it ‘communicative actions,’ is often hard to sustain. Still, it is the goal of public sociology to develop such a conversation”. (BURAWOY; 2005: 9)

sociologia para políticas públicas<sup>6</sup>. Por sua vez, a sociologia crítica cumpre o papel de examinar os fundamentos, tanto os explícitos quanto os implícitos, tanto os normativos quanto os descritivos, dos programas de pesquisa da sociologia profissional<sup>7</sup>. Invoca para si o conhecimento reflexivo que questiona e embasa seus métodos e suas verdades. Para isso, direciona duas perguntas imprescindíveis às demais modalidades do conhecimento sociológico: “*Sociologia para quem?*” e “*Sociologia para quê?*”. Eis que, dessa forma, o conhecimento reflexivo funciona como uma espécie de consciência do conhecimento instrumental (Burawoy; 2005: 10-11).

Conforme o autor explora as implicações mútuas entre essas modalidades, revela-se uma grande complexidade interna no campo sociológico, indicando, em um modelo ideal, a possibilidade de um equilíbrio dinâmico que induz à legitimação, fundamentação e instrumentalização recíproca de cada modalidade com base em elementos proeminentes em cada uma respectivamente: respostas e justificações políticas; legitimidade social; modelos científicos; e fundamentação epistemológica. Contudo, essa interdependência recíproca, segundo o diagnóstico do autor, é abalada por assimetrias de poder que sustentam formas de dominação de certas modalidades sobre outras. Portanto, uma de suas teses é a de que a disciplina se constitui em um campo de poder no qual o conhecimento instrumental prevalece sobre o conhecimento reflexivo. O poder próprio da sociologia profissional e da sociologia para políticas públicas, relacionado à sustentação das carreiras acadêmicas e às fontes de financiamento externo, relega ao segundo plano as contribuições da sociologia crítica e da sociologia pública, devotadas a suprir a disciplina de valores e de influência social. O autor segue descrevendo o contexto da sociologia americana do seguinte modo:

*This pattern of domination derives from the embeddedness of the discipline in a wider constellation of power and interests. In our society, Money and power speak louder than values and influence. In*

<sup>6</sup> “*There can be neither policy or public sociology without a professional sociology that supplies true and tested methods, accumulated bodies of knowledge, orienting questions, and conceptual frameworks. Professional sociology is not the enemy of policy and public sociology but the sine qua non of their existence – providing both legitimacy and expertise for policy and public sociology. Professional sociology consists first and foremost of multiple intersecting research programs, each with their assumptions, exemplars, defining questions, conceptual apparatuses, and evolving theories*”. (BURAWOY; 2005: 10)

<sup>7</sup> “*It is the role of critical sociology, my fourth type of sociology, to examine the foundations – both the explicit and the implicit, both normative and descriptive – of the research programs of Professional sociology. (...) Critical sociology is the conscience of Professional sociology just as public sociology is the conscience of public sociology*”. (BURAWOY; 2005: 10)

*the United States capitalism is especially raw with a public sphere that is not only weak but overrun by armies of experts and a plethora of media. The sociology has to face a competitive public sphere, so critical sociology encounters the balkanization of disciplines, and as a result critical discussion is deprived of access to its most powerful engine – parallel dispositions in other disciplines. (Burawoy; 2005: 18).*

Por fim, essa forma de dominação se estrutura em uma trajetória de colonização da sociedade civil pelo mercado e pelo Estado. É necessário observar a vinculação das modalidades de sociologia a uma sociedade civil dinâmica, uma vez que a edificação de valores e o diálogo que se canaliza em influência social se assentam em um forte componente associativo que almeja erigir suas próprias defesas morais e discursivas contra a determinação heterônoma dos interesses econômicos e estatais. É assim que, para Burawoy (2005: 24), a sociologia é a disciplina que olha para o mundo segundo a perspectiva da sociedade civil, exercitando sua potência, em paralelo à economia e à ciência política, que olham para o mundo a partir da perspectiva da potencialização das forças do mercado e do Estado respectivamente. Radica no campo da sociologia reflexiva a formulação dos fins desse conhecimento e, quando ela pouco consegue dizer ou pouco consegue ser ouvida, o conhecimento sociológico instrumental assume valores e interesses provenientes do mercado ou do Estado. O fortalecimento da sociologia pública em específico se insurge em contraponto a esta colonização como resgate da sociedade civil, o que justifica a identificação do sociólogo público com uma tarefa militante<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Por certo, as proposições de Burawoy não são as únicas a possibilitar o alcance dos objetivos desse tipo de pesquisa, sendo possível lembrar-se da emergente formulação metodológica da “pesquisa militante” no Brasil – um apanhado consistente sobre “pesquisa militante” foi desenvolvido por Jonathan Jaumont e Renata Versiani Scott Varella (2016) e por Breno Bringel e Renata Versiani Scott Varella (2016) –, capitaneada no terreno da pesquisa em direito por pesquisadores associados ao Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais – IPDMS. Reconhece-se, portanto, a importância deste debate e o vigor das formulações latino-americanas. Porém, não deixa de ter importância para o debate latino-americano o diálogo e a apropriação crítica de formulações contra-hegemônicas originadas no mesmo norte global que exporta o modelo de ciência hegemônico. No campo epistemológico, identifica-se, assim, uma cooperação de saberes e formulações marginais. Essa seria a postura reivindicada por Burawoy na medida em que reconhece as especificidades das sociologias nacionais e sustenta seu modelo de sociologia pública em debate e interlocução corrente com pesquisadores de diversas nacionalidades: americanos, britânicos, canadenses e noruegueses, mas também com aqueles de Taiwan, Líbano e África do Sul (Burawoy; 2005: 5), entre outros. Ainda, esse ponto é reforçado pela tese da “multiplicidade de sociologias públicas” (Burawoy; 2005: 7), atenta às especificidades da conformação da sociedade civil em cada país e seus contextos. O IPDMS tem abraçado a tarefa de desenvolver e aplicar este tipo de metodologia dentro do campo da pesquisa em direito, entendendo-a como elemento essencial de aproximação responsável e consequente entre academia e movimentos sociais na América Latina. Como indicação desta assunção, o Instituto



Sustentada pela abordagem apresentada acima, busca-se defender que a aposta no campo reflexivo se conjuga em uma síntese entre a sociologia crítica e a sociologia pública, o que significa, de um lado, responder às perguntas “Sociologia para quê?” e “Sociologia para quem?” a partir de uma prática dialógica estreita com os públicos situados fora ou na contra-hegemonia do mercado e do Estado. Por outro lado, significa também realizar o diálogo com o público tendo em mente a crítica constante dos fundamentos metodológicos implicados neste diálogo, o que se configura em uma postura funcional ao diálogo, posto que previne dogmatismos e fundamentalismos que o engessem.

#### 4. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa

Pelo que foi descrito até aqui, a perspectiva epistemológica e metodológica de Burawoy postas nos itens 1 e 2 deste artigo concentra-se na dicotomia entre ciência positiva e ciência reflexiva que, por sua vez, desdobra-se na dicotomia entre pesquisa quantitativa e qualitativa, ou melhor, entre a aplicação de *surveys* e o estudo de caso ampliado. Não obstante, a sua análise sociológica da composição da sociologia enquanto campo disciplinar não se baseia na aplicação dessa dicotomia, mas na divisão entre conhecimento instrumental e conhecimento reflexivo, aplicando uma dicotomia entre meios e fins. Tentaremos, nesse momento, realizar uma aproximação entre essas duas dicotomias, traçando, com a ajuda de críticas a Burawoy que podem ser extraídas de Howard S. Becker, um cruzamento entre a dominação disciplinar e a contraposição entre as duas modalidades de ciência.

Assim, a separação, de certo modo rígida, entre pesquisa quantitativa de viés positivista e qualitativa de viés reflexivo é criticada por Becker (2014), que defende a unidade epistemológica por detrás dessa separação. Segundo ele, a distinção entre ambas reside nas diferentes situações e diferentes perguntas que cada uma dessas modalidades faz a seus objetos de estudo. Com esse entendimento, ele indica que a

---

produziu no seu IV Seminário, em 2014, o Mini-Curso “Possibilidades teórico-metodológicas da Pesquisa Militante”, em cuja ementa é possível encontrar a referência bibliográfica que cerca esta discussão, que conta com autores como Orlando Fals-Borda, Rui Mauro Marini e Paulo Freire. Essa ementa pode ser acessada pelo link <https://ipdms.wordpress.com/2014/09/10/iv-seminario-mini-curso-possibilidades-teorico-metodologicas-da-pesquisa-militante/>. Acesso em 01 set. 2016. Para maiores informações sobre o Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais – IPDMS, acessar o sítio <https://ipdms.wordpress.com/>. Acesso em 01 set. 2016.

separação que existe entre as modalidades qualitativas e quantitativas não seria tanto uma questão epistemológica de fundo, mas sim o resultado do choque do comportamento de duas comunidades em disputa por quesitos de validade do discurso científico.

Chegamos aqui a uma diferença que é uma questão não de lógica ou de prática científica, mas de organização profissional, de comunidade, e de cultura. A comunidade profissional em que o trabalho quantitativo é realizado (...) insiste em colocar algumas questões sobre confiabilidade e validade, e transforma as boas respostas a essas questões no critério fundamental (*touchstone*) de avaliação de um bom trabalho. No entanto, há outras comunidades profissionais nas quais essas questões não são fundamentais para seus operadores. (Becker, 2014; 196)

Assim como Burawoy narra a dominação da sociologia reflexiva pela instrumental, Becker indica que nesse conflito entre comunidades profissionais há a dominação de uma modalidade de pesquisa – quantitativa – sobre outra – qualitativa – no contexto em que a primeira se arroga a possibilidade de questionar a validade, a confiabilidade e o teste de hipóteses da segunda sem, contudo, se submeter aos diferentes enfoques e questionamentos suscitados pela pesquisa qualitativa.

Em superação a essa dicotomia, Becker relata a importância da combinação entre dados quantitativos e qualitativos na construção de uma pesquisa sociológica. Ele faz uma observação pertinente: nada impede que uma pesquisa qualitativa também faça uso de *surveys* e de dados quantitativos para enriquecer ou contrapor observações diretas. Essa combinação contribui para uma pesquisa de melhor qualidade, já que a qualidade seria aferida por “*uma observação de perto e cuidadosa de aspectos variados que são relevantes para a questão que está sendo investigada*” (Becker, 2014: 197).

Entre as críticas de Becker, a que mais se aproxima do conjunto de posições epistemológicas de Burawoy é certamente aquela que vê a relação entre pesquisa qualitativa e quantitativa como uma relação entre comunidades profissionais. Ela se aproxima porque desdobra as relações de dominação entre as modalidades de sociologia – conforme identificadas por Burawoy – para o terreno das metodologias.

Ao se cruzar a dominação entre as modalidades do campo disciplinar sociológico com a dominação entre as comunidades e métodos de pesquisa, haveria uma correlação entre as sociologias instrumentais – a sociologia para políticas públicas e a sociologia

profissional – com a comunidade que faz valer as questões e os critérios de validade da pesquisa quantitativa. De outro lado, o campo dominado referente às sociologias reflexivas – crítica e pública – corresponderia à comunidade identificada com a utilização de critérios e questões próprias da pesquisa qualitativa. Por certo, essa correlação carrega um quadro ideal-típico, que não corresponde à complexidade real da pesquisa acadêmica. Não há quem negue que pesquisas qualitativas não tenham embasado políticas públicas nem que não estejam presentes em reconhecidos cânones da sociologia profissional. Igualmente, é inegável a possibilidade de utilização da pesquisa quantitativa para fins críticos ou contra-hegemônicos.

Entretanto, esse quadro de correlações serviria para mapear o campo de dominação disciplinar na sociologia em suas relações dinâmicas entre modalidades e metodologias qualitativas ou quantitativas empregadas de acordo com o seguinte quadro ideal: sociologias instrumentais com pesquisa quantitativa dominariam sobre as sociologias instrumentais com pesquisa qualitativa. Sociologias reflexivas quantitativas também dominariam sobre sociologias reflexivas qualitativas, sendo essas as mais marginais na escala.

Porém, Burawoy parece enfrentar dificuldades em assumir a possibilidade de uma ciência reflexiva utilizando uma metodologia de pesquisa quantitativa. Para ele, haveria, ao contrário de Becker, uma profunda divisão epistemológica no tocante às metodologias, o que remonta à sua distinção entre modelo positivo e reflexivo. Não se trata somente do conflito entre comunidades profissionais que não desejam ceder aos critérios alheios para evitar a perda de poder, embora isso não possa ser descartado. Para além disso, o que há é uma disputa de poder que cerra fileiras já no próprio campo teórico-epistemológico, o que se reforça na construção das comunidades profissionais e, ao mesmo, reforça essas comunidades. As comunidades profissionais não só endossam diferentes tipos de pesquisa, mas também diferentes modelos de ciência.

A unidade por detrás dessa disputa só pode ser inferida pelo fato de ambos os modelos se apregoarem científicos, em oposição a modelos hermenêuticos que desdenham da cientificidade. Para além da reivindicação da ciência, trata-se de correntes que diferem em seus princípios mais basilares. Nesse ponto, Burawoy demonstra mais consistência ao evidenciar que essas metodologias não compartilham

dos mesmos princípios epistemológicos, enquanto que Becker assume uma postura conciliadora.

Becker, no texto referencial aqui discutido, limita-se a enunciar a aproximação entre os fundamentos da pesquisa qualitativa e quantitativa, sem dizer quais são de fato. A passagem abaixo resume essa postura. A aproximação entre as formas de pesquisa não passa da pretensão de explicação científica da realidade social, o que quer dizer muito pouco em termos de traços comuns.

Presumindo que estas duas maneiras de pesquisar são baseadas em arcabouços e fundamentos epistemológicos diferentes nos leva a pensar na questão proposta pelos organizadores da conferência: “Qual a epistemologia da pesquisa qualitativa?” Para mim, essa é uma questão estranha. Eu sou um intelectual descendente de Robert E. Park, o fundador da agora conhecida Escola de Sociologia de Chicago. Park era um grande defensor do que hoje conhecemos como métodos etnográficos, mas ao mesmo tempo também era proponente dos métodos quantitativos, particularmente aqueles que conhecemos como ecológicos. Eu o acompanho nesse ponto, e para mim a semelhança entre esses métodos são mais relevantes que suas diferenças. De fato, penso que os mesmos argumentos epistemológicos sustentam ambos os métodos.

Como isso é possível? Ambos os tipos de pesquisa tentam observar como a sociedade funciona, descrever a realidade social e também responder a questões específicas sobre a realidade social. Alguns cientistas sociais estão interessados em descrições muito genéricas, por meio de enunciados sobre classes inteiras de fenômenos. Outros estão mais interessados em compreender casos específicos, de que maneira esses enunciados genéricos funcionam num determinado caso. Mas, de qualquer forma, há muita sobreposição. (BECKER, 2014: 186)

A posição de Becker está de acordo com a perspectiva de que dados quantitativos não necessitam ser descartados em uma pesquisa baseada em estudo de caso ampliado, de modo a enriquecer a análise das situações e processos estudados, conferindo maior qualidade e informação ao texto. Porém, para Burawoy, a separação das tradições de pesquisa, tendo por fundamento um debate epistemológico de fundo e não somente o conflito entre comunidades profissionais, dificultaria a compatibilização dos modelos científicos que justificam a pesquisa qualitativa e a quantitativa e a oposição entre elas. Uma reunião desses dois métodos exigiria a produção de uma síntese epistemológica não apresentada por Becker nem por Burawoy.

## 5. Ação e Estrutura

O debate epistêmico e metodológico realizado por Burawoy se encaixa na crítica da qual o marxismo dos anos 60 e 70 foi alvo, notadamente a crítica do estruturalismo e do funcionalismo. Esse contexto é trabalhado no Brasil pela obra de Adriano Codato e Renato Perissinoto, *Marxismo como ciência social* (2011), que procura, ao mesmo tempo em que trabalha as críticas, resgatar a cientificidade do marxismo pelo retorno às obras históricas de Marx e pela atenção à superação do funcionalismo. Como veremos, as críticas ao marxismo estruturalista não afetam a produção de Burawoy, na medida em que esta retoma a centralidade da empiria para a compreensão da ação social e política e trabalha a estruturação das condutas a partir do alargamento de horizontes de análise, com a observação da interação de forças sociais com o complexo de relações do objeto inicial. Com isso, assume-se que a negação do estruturalismo funcionalista não é o esquecimento da estrutura, mas a defesa de fundamentações empíricas que atestem a interação entre ação e estrutura. Assim, Burawoy trabalha a estrutura de modo oposto aos argumentos funcionalistas e representa, inclusive, uma vertente do marxismo que se ergue em resposta ao estruturalismo funcionalista.

Dentro do marxismo, são os autores ligados ao pensamento analítico os que mais fazem valer essas críticas. Sistematizadas por Jon Elster (*Apud* Codato, Perissinoto: 2011; 164-169), elas se assentam em evidenciar um erro lógico do argumento funcionalista.

Elster identifica cinco passos característicos de uma explicação funcionalista, que podem ser assim resumidos: (i) inicialmente, constata-se que Y é um efeito de X; (ii) em seguida, observa-se que Y produz efeitos benéficos para o grupo Z; (iii) percebe-se, ainda, que o efeito Y não foi intencionalmente perseguido pelos atores sociais que produziram X; (iv) além disso, constata-se que a relação causal entre o evento X e o efeito Y não é percebida pelos membros do grupo Z e, por fim, (v) a explicação funcional afirma que o fato de efeito Y ser benéfico para o grupo Z é a explicação da existência e da persistência do evento X por meio de um “círculo de retroalimentação causal”(Elster, 1989c, p.55). Supõe-se, assim, a existência de algum mecanismo que garante a ocorrência/persistência do evento X porque ele produz um efeito (Y) benéfico para Z. Mais especificamente, no caso do marxismo, pretende-se explicar determinados fenômenos sociais sempre a partir das consequências benéficas que eles produzem para a classe dominante, ou por outra, sempre a partir da funcionalidade desses fenômenos para a

reprodução da dominação de classe. (Codato, Perissinoto: 2011; 164-165)

Esse tipo de argumentação funcionalista peca em dois pontos cruciais, que tendem a lhe retirar a força científica. Em primeiro lugar, ela prescinde da explicação da ocorrência interna do problema. Não demonstra como o fenômeno ocorre levando em conta a ação de seus personagens, limitando-se a indicar para que ou a quem o fenômeno serve. Mais, ele é analisado pela imputação de uma consequência, o que leva a explicar o fenômeno não pelas suas causas. A argumentação funcionalista *“pressupõe-se a existência de algum mecanismo social que garanta a persistência de X apenas por ele ser funcional para Z, mas tal mecanismo nunca é efetivamente demonstrado”* (Codato, Perissinoto: 2011; 165-166).

O argumento funcionalista, por sua vez, enfrenta essas críticas reforçando explicações de caráter sistêmico e estrutural. Alega que a explicação causal em sociologia não se adéqua à enumeração de condutas individuais intencionais. Necessidades sistêmicas que operam a reprodução e coesão social dirigem, em certa medida, a confecção de efeitos não desejados pelos agentes. Desse modo, pouco importa a origem dos fenômenos – postura vista como historicista – mas a sua perpetuação regular que indica a operacionalização de uma “lei” do desenvolvimento histórico e social ou um efeito estrutural, objetivo e além da consciência.

A persistência científica do complexo argumentativo funcional-estruturalista se deve, portanto, à definição do que seria uma “lei” ou um “efeito estrutural”. O ponto central sobre essa definição residiria na observação de uma regularidade que permitisse uma generalização de forma que sempre que o fenômeno ocorresse, ele seria funcional para determinado grupo. *“É importante insistir na ideia de ‘regularidade’, pois é ela que garante que a ocorrência de A em função de sua funcionalidade para B não é meramente acidental”* (Codato, Perissinoto: 2011; 170). E o mais importante, essa regularidade demanda uma verificação empírica. Ainda assim, a constatação de uma relação funcional não supre a necessidade de explicação causal do fenômeno, o que não pode ser provido pelo funcionalismo. Contudo, a argumentação funcional continua cumprindo alguns papéis importantes na pesquisa científica:

(i) ela é importante para a identificação de regularidades funcionais; (ii) trata-se de um procedimento complementar, e não oposto, à explicação intencional; (iii) a explicação funcional é um trabalho preliminar que permite identificar os fenômenos sociais relevantes que merecem ser explicados. (Codato, Perissinoto: 2011; 169)

Do ponto de vista metodológico, a crítica ao funcionalismo ressalta o cuidado em não se reproduzir generalizações sem embasamento empírico, aparentemente fundadas no estabelecimento de conexões funcionais. Nesse sentido, a proposta metodológica de Burawoy é capaz de operar como antídoto. Parte-se da intervenção empírica na situação social para buscar, a partir dela, as condicionantes estruturais que se estabelecem pela atuação de forças políticas no campo, o que também demanda demonstração empírica. O ponto de partida deve ser sempre, portanto, a agência e as particularidades do caso.

Ainda que a estrutura seja tomada como pressuposto lógico necessário para o próprio momento da estruturação, na concepção de Burawoy, essa estruturação se completa com o esforço teórico de compreensão das relações empíricas segundo modelos de regularidade em constante reconstrução (a reconstrução teórica) e, como tal, recorta a complexidade do real conforme ênfases que habitam as preocupações mais destacadas da tradição teórica. Afinal, o olhar do pesquisador dirigido à realidade é ele mesmo uma força social radicada em uma modalidade de trabalho intelectual que também é fator estruturante dessa realidade. A questão é a de saber se esse trabalho intelectual é necessariamente ideológico no sentido da reprodução da estrutura ou se é capaz de romper com a estrutura.

Creemos que há duas vertentes mais destacadas da possibilidade de superação da reprodução estrutural do trabalho intelectual que podem ser extraídas da discussão levantada por Burawoy. A primeira é a que suscita um compromisso público do pesquisador com a perspectiva da sociedade civil em contraponto às forças de captura da produção intelectual pelo mercado e pelo Estado. É a posição do pesquisador como militante. A segunda perspectiva é eminentemente metodológica, que opera como um antídoto contra o engessamento dogmático e que corresponde a uma crítica ao marxismo como programa de pesquisa degenerado feita por Imre Lakatos e incorporada e respondida por Burawoy. Trata-se da reconstrução teórica, que está no centro desse debate.

Em síntese, Lakatos trabalha uma teoria da ciência que se propõe levar a lógica da superação de paradigmas científicos a suas últimas consequências, o que o faz situar o avanço científico não exatamente na falseabilidade ou na refutação de teorias por novos paradigmas, mas no esforço contínuo dos cientistas em manter o núcleo duro dos seus programas de pesquisa contra refutações, principalmente empíricas. Nesse esforço, os programas de pesquisa – que se apresentam como teorias gerais ou tradições teóricas – podem ser classificados como “progressivos” ou “degenerados” de acordo com a capacidade ou não de acomodar as anomalias ao seu modelo, o que se dá pela construção de um cinturão de teorias colaterais aptas a lidar com os contra-exemplos ao núcleo duro do programa de pesquisa.

*In a progressive program the new belts of theory expand the empirical content of the program, not only by absorbing anomalies but by making predictions, some of which are corroborated. In a degenerating program successive belts are only backward looking, patching up anomalies in ad hoc fashion, by reducing the scope of the theory, or by simply barring counterexamples. In a degenerating program new theories do not anticipate new facts, and thus knowledge does not grow. (Burawoy; 1990: 778)*

Nesse ponto, Lakatos (1978: 5-6) colocou o marxismo como um notório exemplo de programa de pesquisa degenerado. Segundo suas críticas, as grandes previsões feitas pelo marxismo falharam e, à sua época, os marxistas se dedicavam a explicar as anomalias para proteger o núcleo duro da teoria, perdendo capacidade de realizar previsões. Era um programa que estaria meramente “na defensiva”. Toda a argumentação de Burawoy se baseia no reconhecimento de que Lakatos monta um retrato enviesado do marxismo e de que este realizou impressionantes antecipações, ao mesmo tempo em que apresentou falhas. A prova do marxismo como programa de pesquisa progressivo está em grandes exemplos de renovação teórica derivados de esforços de incorporar anomalias e indicar estratégias de transformação social, o que desmonta o espantalho criado por Lakatos. Desse modo, o marxismo teria tido sucesso em criar um cinturão de teorias capaz de blindar seu núcleo duro e atualizá-lo frente às novas experiências sociais. É assim que o marxismo alemão, com Rosa Luxemburgo, foi uma resposta ao reformismo do Partido Social-Democrata Alemão; que o marxismo russo foi uma resposta ao radicalismo do operariado russo; que o marxismo do Terceiro Mundo, com a teoria da dependência, foi uma resposta ao subdesenvolvimento



engendrado pelo capitalismo internacional; que o Marxismo Ocidental, com Gramsci, foi uma resposta ao fracasso da revolução no Ocidente e à ascensão do fascismo (Burawoy, 1990: 790). Todas essas teorias foram capazes de aplicar satisfatoriamente uma reconstrução teórica ao se depararem com realidades contraditórias com as previsões, avançando substancialmente no conhecimento.

A reconstrução teórica é uma maneira de renovar os programas de pesquisa das tradições teóricas, adicionando novos problemas e exercitando a capacidade de resposta das teorias. Entretanto, para operar, ela precisa estar aberta a críticas vindas de pesquisas empíricas, incorporando-as. De certa forma, assim, o funcionalismo se coloca como um obstáculo à reconstrução teórica se ele não seguir os objetivos preliminares indicados por Codato e Perissinoto. Levado às últimas consequências, ele se opõe às críticas empíricas e se transforma em um elemento de acomodação teórica, já que pode atuar na perpetuação da inferência funcional apesar dos dados empíricos. Ele passa a se opor à incorporação de novas relações e temáticas para além das funcionais e de caráter estrutural, contribuindo para o perfil degenerado do programa de pesquisa.

Voltando a Burawoy, deve-se dizer ainda que a reconstrução teórica como último momento na estruturação da pesquisa complexifica o debate sobre a estrutura, indicando que ela está também na metodologia e na cor da pena do pesquisador, que deve exercitar uma constante autocrítica como crítica dos seus nortes teóricos e da sua metodologia. Ela é um contraponto forte ao funcionalismo.

### **Considerações Finais**

No corpo deste trabalho foi apresentada e discutida a proposição de uma ciência reflexiva, baseada em princípios diversos da ciência positiva, tal como definida por Burawoy. Esta ciência representa a incorporação dos efeitos de contexto de modo a propiciar o trabalho do pesquisador com situações e processos sociais, forças externas que atravessam esses processos, a operação da estrutura social e, por fim, a reconstrução teórica como ápice do processo investigativo e seu produto final. Foi demonstrado como que os princípios de não Reatividade, Regularidade, Replicabilidade

e Representatividade, típicos do modelo positivo de ciência são substituídos pelos princípios de intervenção, processo, estruturação e reconstrução.

Foi detalhado o método do estudo de caso ampliado como concretização da ciência reflexiva e foram indicados os limites da ciência reflexiva com a produção de “efeitos de poder” e os cuidados necessários para evitá-los. A comparação entre o modelo reflexivo de ciência, concretizada no estudo de caso ampliado, e o modelo positivo de ciência, concretizado na pesquisa quantitativa, desenvolvida por Burawoy, leva em consideração o quanto cada método é capaz de extrair as especificidades das situações sociais. O primeiro obtém vantagem quando as particularidades possuem relevância enquanto que a segunda possui utilidade quando se pode descartá-las. Em relação à divisão do trabalho de pesquisa, a ciência reflexiva opera segundo a lógica do trabalho artesanal segundo a qual o produto final governa o processo de pesquisa e o pesquisador domina ativamente todo o processo, enquanto que a ciência positiva opera segundo uma lógica industrial a partir da qual o processo governa o produto e é possível a divisão do trabalho da pesquisa, com possibilidades de alienação e hierarquia do trabalho intelectual sobre o manual.

Burawoy traça uma análise da divisão do trabalho do campo disciplinar da sociologia norte-americana, indicando a existência de quatro modalidades de sociologia de acordo com o público da sua produção, se interno ou externo, e de acordo com o tipo de conhecimento predominante, se instrumental ou reflexivo. A partir de então, ele identifica uma sociologia profissional, uma sociologia para políticas públicas, uma sociologia reflexiva e uma sociologia pública. Esse quadro se complexifica com a percepção de uma dominação do conhecimento reflexivo pelo instrumental e da dominação de sociologias voltadas aos interesses do mercado e do Estado sobre aquelas que encarnam a perspectiva da sociedade civil. Nesse ponto, ele afere centralidade à sociologia pública e à postura militante do sociólogo para se contrapor a essa dominação.

A divisão rígida entre pesquisa qualitativa e quantitativa de estudo de caso ampliado foi confrontada com a postura conciliadora versada por Howard S. Becker, que entende que as diferenças entre esses métodos se situam mais em uma disputa de poder entre comunidades de pesquisadores do que em diferentes princípios epistemológicos e metodológicos. Para Burawoy, essas disputas refletem diferentes

modelos de ciência e não somente uma disputa entre comunidades científicas que defendem modelos quantitativos ou qualitativos. A aproximação entre esses modelos exige um esforço de síntese para o qual ele não aponta.

Por fim, foi descrito como que a proposta de Burawoy está inserida na crítica ao funcionalismo e ao estruturalismo no campo do pensamento marxista e como que ele responde às críticas de Lakatos, segundo quem o marxismo seria um programa de pesquisa degenerado. Burawoy mantém a importância do conceito de estrutura, mas o ressignifica ao adicionar a teoria como elemento da estrutura e traça um caminho coerente para a sua abordagem a partir de critérios empíricos e da agência, de forma a evitar o argumento funcionalista. Para isso, atribui centralidade à reconstrução teórica como ápice do processo investigativo.

A nosso ver, esses marcos colocam a proposta epistemológica e a metodologia de Burawoy dentre as mais criativas e promissoras no resgate do pensamento marxista na atualidade da produção científica nas ciências sociais. Apresenta ferramentas que munem os pesquisadores no trabalho direito com o objeto e o campo ao mesmo tempo em que é capaz de fundamentá-las em um conjunto teórico coerente que enfrenta críticas e problematizações centrais do pensamento sociológico. Apesar de dirigir-se predominantemente ao quadro da sociologia norte-americana, sua produção traz colaborações gerais para o campo contra-hegemônico e está em consonância com questionamentos epistemológicos e metodológicos da sociologia latino-americana, sendo um importante reforço no debate sobre o papel do pesquisador junto à sociedade civil diante do contraditório complexo que estrutura a sociedade, no qual também se inserem a disciplina acadêmica e o conhecimento sociológico.

### Referências bibliográficas

BECKER, Howard S. A epistemologia da pesquisa qualitativa. *Revista de Estudos Empíricos em Direitos*, São Paulo, vol. 1, n. 2, jul 2014, p. 184-198.

BRINGEL, Breno; VERSIANI, Renata. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital De Direito Administrativo*, São Paulo, vol. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.

BURAWOY, Michael. For Public Sociology. *American Sociological Review*, 2005, Vol. 70, Fevereiro, pp. 4-28.

\_\_\_\_\_. Marxism as science: historical challenges and theoretical growth. *American Sociological Review*, 1990, Vol. 55, n° 6, Dezembro, pp. 775-793.

\_\_\_\_\_. *O marxismo encontra Bourdieu*. Organizador Ruy Gomes Braga Neto; tradução Fernando Rogério Jardim. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. Trad. Marcelo Cizaurre Guirau, Fernando Rogério Jardim. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2014.

CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

JAUMONT Jonathan; VERSIANI, Renata. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016 p. 414-464.

LAKATOS, Imre. *The Methodology of Scientific Research Programmes*. Cambridge : Cambridge University Press, 1978.

#### **Sobre o autor**

##### **Vinícius Alves Barreto da Silva**

Mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela UERJ. E-mail: [viniciusalvesbar@hotmail.com](mailto:viniciusalvesbar@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5288-574X>.

**O autor é o único responsável pela redação do artigo.**